

O DICIONÁRIO

Visibilidade

Serge Volkoff

CREAPT, CEE
29, promenade Michel-Simon
93166 Noisy-le-Grand Cedex
serge.volkoff@cee-recherche.fr

Os debates sociais, políticos e mediáticos condicionam a visibilidade das questões que acabam por abordar. Frequentemente submetem-se a três imperativos : são privilegiados os factos manifestos, imediatos, e simples. Porém, no campo das condições de trabalho e da saúde no trabalho – assim como em outras áreas, certamente –, o respeito desses imperativos empobrece a compreensão dos problemas e as pistas de acção. Focalizar-se nos aspectos manifestos fecha o acesso a causas importantes de dificuldades e de danos à saúde, que somente uma análise precisa, uma abordagem « maiêutica » com os trabalhadores envolvidos, permitiria elucidar (Teiger & Laille, 1991). Aproximar as características simultâneas do trabalho e da saúde pode conduzir a deixar de lado os efeitos diferidos das exposições profissionais, que a epidemiologia elucidada cada vez melhor (Lasfargues, 2005). Enfim, optar sempre pelas constatações simples, as afirmações categóricas, as conclusões de valor universal, impede de considerar o carácter multiforme, multifactorial das relações entre saúde e trabalho, e de respeitar essa complexidade (Volkoff, 2005).

Por isso, a visibilidade das condições de trabalho deve ser continuamente estabelecida, ou restabelecida. Esta elaboração encontra muitos obstáculos, cuja envergadura e formas variam ao longo do tempo. A recolha de informações sobre as patologias profissionais, sobretudo as mais graves como os cancros, depende de dispositivos administrativos e eles próprios resultam de compromissos sociais efémeros (Thébaud-Mony, 2006). As organizações produtivas actuais que recorrem à subcontratação ou justapõem várias empresas num mesmo estaleiro, são propensas a falta de conhecimento dos efeitos do trabalho sobre a saúde (Thébaud-Mony, 2007). Acontece o mesmo com a precariedade do emprego, quer seja de direito (contratos de duração determinada, trabalho temporário) ou de facto : a compreensão das condições de trabalho e dos seus efeitos é dificultada na ausência de colectivos estáveis. Alguns constrangimentos de trabalho são « naturalizados » porque mobilizam qualidades supostamente inatas como a robustez ou a bravura física dos homens (Dejours, 2000), a minúcia, a paciência ou a dedicação das mulheres (Messing,

2000). Um constrangimento pode assim ser percebido como inerente ao exercício da profissão, ou até mesmo como uma componente da identidade profissional (Sorignet, 2006). De maneira mais global, a emergência de uma preocupação em matéria de saúde no trabalho é o objecto de uma construção social, resultante de um questionamento às vezes longo e que implica numerosos actores (Loriol, 2000).

Os efeitos de barreira, de camuflagem, reforçam as atitudes de negação quanto às relações entre saúde e trabalho : preconceitos relativos a diversas categorias de trabalhadores (as mulheres, os operários, os mais velhos, os jovens...); interpretações que individualizam o que está em jogo, ou que até mesmo estigmatizam as pessoas ; incredulidade quanto aos balanços estatísticos ou demonstrações científicas que estabelecem tais relações – e sobrevalorizam os estudos que as colocam em dúvida; enfim, a crença num progresso natural, que enviaria para o passado os efeitos nocivos principais. No caso das PME (Perturbações Músculo-esqueléticas), por exemplo, o carácter epidémico da patologia não impediu que predominem durante muito tempo as abordagens centradas na vida pessoal (com este argumento de que as dores apareciam mais durante o repouso do que durante o trabalho) e sobre as características dos indivíduos : estas perturbações eram analisadas como manifestações neuróticas, sobretudo “femininas” (Messing, 2000). De maneira geral, foi difundida a ideia de uma substituição massiva das exigências mentais pelas solicitações físicas : o número de operários da indústria diminui, a mecanização e a automatização se desenvolvem, “então” as exposições corporais durante a actividade de trabalho são consideradas como cada vez mais raras. Da mesma forma, assistiríamos a um aumento das qualificações, das responsabilidades, da autonomia no trabalho, que se acompanhariam “então” de um enriquecimento intelectual e de uma extensão do poder de agir no trabalho. O espaço falta-nos aqui para desmontar estas ideias pré-concebidas; vamos contentar-nos de lembrar que os inquéritos estatísticos e os estudos de campo as contradizem largamente desde muito tempo (Gollac & Volkoff, 2007).

Propícios às denegações, e à incúria que as acompanham, os defeitos de visibilidade podem também, de maneira paradoxal, conduzir a polarizar temporariamente a atenção em torno de tal ou tal preocupação, sem sempre se preocupar em melhor definir os termos ou em verificar a sua novidade (Loriol, 2000). Seria interessante analisar por exemplo porque o “stresse no trabalho” fez, estes últimos anos, a manchete de numerosas revistas e jornais. Podemos nós supor que o trabalho dos próprios jornalistas se intensificou, que as suas condições de trabalho são mais difíceis, o que os colocou em situação de melhor compreender problemas que são próximos dos deles – problemas que aliás atingem um número crescente de pessoas socialmente e culturalmente próximas deles? Podemos também nos di-

zermos que o « stresse » constitua, nas suas utilizações comuns, uma denominação suficientemente vaga – e desta forma facilmente manipulável e apresentável – para englobar as sensações cujo enunciado directo incomodaria mais : medo, tédio, sobrecarga, fingimento, dependência, desvalorização do seu próprio trabalho?

Quando os trabalhos científicos, os testemunhos dos intervenientes, as controvérsias dos actores sociais fazem progredir a visibilidade das condições de trabalho, as dificuldades podem deslocar-se para as causas das más condições de trabalho e, ainda mais, para a possibilidade de as melhorar. As primeiras origens das penosidades e dos riscos devem, para serem percebidas, fazer elas também objecto de um trabalho de objectivação – o que não é nada fácil. Assim, a ideia de uma intensificação do trabalho, anteriormente questionada, é hoje largamente admitida (Askenazy et al., 2006), assim como o seu impacto sobre as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores (Volkoff, 2008). Contudo, muitos dirigentes de empresas, mesmo desejando melhorar as condições de trabalho por razões éticas ou económicas, aderem à ideia de que a intensidade do trabalho é a garantia de prosperidade (ou até mesmo de sobrevivência) económica; eles fazem disto quase um sinónimo de produtividade – sem que o sentido desta última palavra seja na verdade sempre interrogado.

Construir, reunir, difundir os conhecimentos sobre as condições de trabalho e os seus determinantes mantém-se uma exigência para que a sua visibilidade progrida. No entanto, esta progressão eventual irá depender muito do contexto social: a feminização da mão-de-obra, o seu envelhecimento (mas também a rejeição de algumas tarefas pelos jovens), a melhoria das qualificações, poderiam aumentar as exigências qualitativas na vida no trabalho. Inversamente, a manutenção de um desemprego alto, a individualização das formas de mal-estar que resulta dos modos de organização actuais e de avaliação das performances, comprometem o exame atento das situações vividas. A grande questão é então de relacionar estes desafios entre si. Dar uma visibilidade às condições de trabalho supõe que estas sejam trazidas para um debate de maior âmbito, não somente restrito aos círculos de especialistas aos quais elas são frequentemente confiadas

Referências bibliográficas

- Askenazy, P., Cartron D., De Coninck F., & Gollac M. (2006). *Organisation et intensité du travail*. Toulouse: Octarès.
- Dejours C. (2000). *Travail, usure mentale: de la psychopathologie à la psychodynamique du travail*. Paris: Bayard.
- Gollac M., & Volkoff, S. (2007). *Les conditions de travail*. Paris: La Découverte.
- Lasfargues G. (2005). *Départs en retraite et travaux pénibles: l'usage des connaissances scientifiques sur le travail et ses risques à long terme pour la santé*. Rapport de recherche n°19, Centre d'Etudes de l'Emploi. (Descarregável em cee-recherche.fr).
- Loriot, M. (2000). *Le temps de la fatigue: la gestion du mal-être au travail*. Paris: Anthropos.
- Messing, K. (2000). *La santé des travailleuses: la science est-elle aveugle?* Montréal: Editions du Remue-Ménage.
- Sorignet P.E. (2006). Danser au-delà de la douleur. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n°163*, 46-61.
- Teiger C., & Laville A. (1990). L'apprentissage de l'analyse ergonomique du travail, outil d'une formation pour l'action, *Travail et emploi, n°47*.
- Thébaud-Mony A. (2006). Histoires professionnelles et cancer. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n°163*.
- Thébaud-Mony, A. (2007). *Travailler peut nuire gravement à votre santé*. Paris: La Découverte.
- Volkoff, S. (dir), (2005). *L'ergonomie et les chiffres de la santé au travail: ressources, tensions et pièges*. Toulouse: Octarès.
- Volkoff, S. (2008). L'intensification du travail 'disperse' les problèmes de santé ». In G. de Terssac, C. Saint-Martin, C., & Thébaud (coord.) *La précarité : une relation entre travail, organisation et santé* (pp. 29-42). Toulouse: Octarès

ES

Visibilidad

FR

Visibilité

EN

Visibility

Como referenciar este artigo?

Volkoff, S. (2011). Visibilidade. *Laboreal, 7, (1)*, 119-121.
<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU5471124227839554481>